



GOVERNO DA  
**GUINÉ-BISSAU**

MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA  
Gabinete da Ministra

## **V Encontro de Ministros da Saúde da CPLP**

### **Discurso da Ministra da Saúde da Guiné-Bissau, Magda Nely Correia Silva**

Senhor Ministro da Saúde de Cabo-Verde, Dr. Arlindo do Rosário

Senhor Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Francisco Ribeiro Telles

Senhores Ministros da Saúde dos países da CPLP

Senhores Embaixadores junto da CPLP

Senhores membros do Secretariado Executivo da CPLP, das delegações dos países e das entidades de apoio técnico à área da Saúde (IHMT e FIOCRUZ)

Minhas Senhoras e meus Senhores

Sinto-me particularmente honrada por representar o meu País, Guiné-Bissau, neste que é já o V Encontro de Ministros da Saúde da CPLP.

Gostaria de endereçar em meu nome, e em nome do meu Governo, os parabéns a Cabo-Verde pela elevação da Morna a Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO, um reconhecimento que nos honra a todos, e também os parabéns ao Brasil, pela eleição do Ministro da Saúde como Chairman do STOP TB.

Também ontem, dia 12 de Dezembro, foi o dia da Cobertura Universal de Saúde, pelo que estes dias de reunião vêm em boa altura, reforçando o compromisso da nossa comunidade com este desígnio.

Excelências e caros colegas.

Esta é mais uma oportunidade para estarmos juntos, pensarmos e refletirmos em conjunto sobre o estado atual da saúde nos nossos países e na melhor forma de enfrentar os desafios muitas vezes comuns, aproveitando a experiência dos vários membros da nossa comunidade, alguns dos quais, com dificuldades e trajetórias semelhantes aos nossos.

A Guiné-Bissau, que tem vivido momentos conturbados da sua história recente, agradece todo o apoio da CPLP, e dos países que o constituem, na afirmação de um Estado de Direito e Democrático.

Esta reunião tem lugar num período importante e prenhe de oportunidades. A Assembleia Geral da ONU adotou em Setembro deste ano a Declaração Política sobre a Cobertura Universal de Saúde; Nairobi acolheu, em Outubro, a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, 25 anos depois da Conferência de Cairo; a COP 25 terminou há 10 dias, reforçando a ideia de que o desafio das mudanças climáticas e o seu impacto na saúde é uma questão que nos interpela a todos. Há dois dias, a 10 de Dezembro, foi celebrado o Dia Internacional dos Direitos Humanos, sendo que a Saúde faz parte da Declaração e é um Direito fundamental. Finalmente, os 16 dias de ativismo contra a violência baseada no género, recordou-nos que ainda há muito a fazer para que a igualdade de género seja uma realidade e recorda-nos que as mulheres, que constituem a grande maioria dos trabalhadores de saúde, continua, em larga maioria em posições afastadas da liderança e das esferas de decisão.

Quando em 2009 o Conselho de Ministros da CPLP recomendou a elaboração de Planos Estratégicos de Cooperação Setorial da Comunidade da CPLP, deu-se um salto importante no fortalecimento da nossa relação de cooperação, nomeadamente na área da saúde, e desde então, temos vindo a trabalhar em conjunto para o fortalecimento dos nossos sistemas de saúde e para a melhoria das condições de vida das nossas populações.

Na última cimeira, que teve lugar em Brasília, em 2017, foram aprovadas resoluções importantes no domínio do planeamento estratégico da nossa comunidade, consubstanciada na proposta de reestruturação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) para o período 2018-2021 e que põe os cuidados primários de saúde no centro da Cobertura Universal da Saúde, bem como aspetos importantes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a criação da rede de Bancos de Leite, a formação de Grupos de Trabalho na área da Telemedicina, o fortalecimento de capacidades em vigilância e resposta a emergências em Saúde Pública, tão importante para o meu país, entre outras áreas estruturantes dos sistemas de saúde.

Excelências.

Nós iniciamos um processo de reforma do Sistema de Saúde, centrada na valorização da competência, do mérito, do profissionalismo e, na observância do rigor, da disciplina e da transparência e com foco na qualidade e na equidade no acesso e na inovação. Temos novas Direções Gerais, com foco na Saúde Materna e Infantil, Epidemiologia e Vigilância Sanitária, Normas, Qualidade e Segurança do Paciente, nas Doenças Transmissíveis e não Transmissíveis e na Administração do Sistema de Saúde.

No meu país, o planeamento estratégico do sistema de saúde foi, até 2017, orientado por uma Política Nacional de Saúde (PNS), adotada em 1993. Esta política foi enquadrando, ao longo dos tempos, diversas políticas temáticas e serviu ainda como base para a elaboração de dois Planos Nacionais de Desenvolvimento Sanitários.

Neste momento está a ser revisto o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, que pretende ser um instrumento de governação do setor para o horizonte 2020-2030. Este Plano será orientado pelo Plano Nacional de Saúde, adotado em Março de 2017, também em vias de revisão, pelo Plano Estratégico e Operacional do Governo Terra Ranka (2015-2025) e pelos compromissos

internacionais assumidos pelo país, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Excelências.

O processo de planeamento e de reformas do sistema de saúde da Guiné-Bissau tem sido condicionado, ao longo dos anos, pelas múltiplas crises institucionais e político-militares, que tem levado a mudanças cíclicas dos atores com responsabilidade no planeamento e execução nesta área, bem como pelo subfinanciamento crónico, com uma grande dependência do financiamento externo.

O Governo da X legislatura, de que tenho a honra de fazer parte, definiu como algumas das suas prioridades a garantia do acesso universal das populações a um serviço de saúde de qualidade, com base na estratégia de cuidados primários de saúde, o aumento do financiamento do setor da saúde, assegurar um sistema eficaz de vigilância epidemiológica, de alerta precoce, e de preparação e resposta às emergências de saúde pública, a regulação sanitária e a redução da mortalidade neonatal, infantil e materna.

Para alcançar estes objetivos a nossa aposta vai no sentido da melhoria da formação de profissionais, do aumento e na qualidade das consultas pré-natais e da proporção de partos realizados por técnicos qualificados, a promoção de programas de controlo e combate à malária, VIH/SIDA, tuberculose, doenças tropicais negligenciadas e outras doenças infecciosas, bem como de doenças não transmissíveis, tais como doenças cardiovasculares, diabetes e o cancro, a criação nos diferentes hospitais do país de salas de telemedicina e a garantia da qualidade dos medicamentos.

Muitas destas prioridades, que vão ao encontro ao que está definido no Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), exigem reformas estruturais, e que estão em curso neste momento, nomeadamente, no que diz respeito à instalação de uma nova Autoridade Reguladora das Farmácias, na melhoria da inspeção de atividades em saúde e na melhoria da equidade no acesso aos cuidados de saúde no país e no exterior, com a melhoria

nomeadamente do acesso à junta médica e ainda definição de normas e padrões para a segurança do paciente.

Outro dos aspetos que tem merecido a nossa preocupação tem a ver com a vigilância epidemiológica e a resposta rápida a ameaças, até pela história recente do meu país, que enfrentou em 2014 uma ameaça da Doença por vírus Ébola, que assolou vários países vizinhos, e com o surto de Doença por vírus Zika em 2016. Estas duas emergências levaram ao reforço da rede de vigilância a nível nacional e ao aumento de coordenação a nível central, com a criação de um centro de operações de emergências em saúde e à cooperação internacional, nomeadamente com o CDC e outras entidades sub-regionais.

Excelências

A Guiné-Bissau está fortemente comprometida em atingir a cobertura universal de saúde da sua população. A cobertura universal de saúde contempla o acesso a serviços de saúde de qualidade e protege as pessoas contra as consequências financeiras resultantes dos pagamentos diretos. No meu país, 1/3 do financiamento da saúde ainda resulta de pagamentos diretos da população, o que contribui para o aumento do risco de pobreza e de vulnerabilidade. A desnutrição continua a ser um desafio e as Doenças não Transmissíveis aumentam rapidamente.

Pretendemos nos próximos anos aumentar e melhorar a nossa rede de Cuidados de saúde primários esperando, com isto, contribuir para uma abordagem integrada da saúde da nossa população, que nos permita cumprir o objetivo de valorizar o capital humano e a qualidade de vida da nossa população, inscrito no programa de governo desta legislatura.

A CPLP é um instrumento de cooperação cujo potencial ainda está por explorar. Os desafios globais da atualidade põem em causa o multilateralismo e a CPLP oferece-nos a oportunidade de provar que a Cooperação Sul-Sul e a dinâmica geopolítica de países que comungam de uma mesma língua e de valores culturais pode derrubar barreiras e promover o desenvolvimento.

A promoção do “Não deixar ninguém para trás” deve ser acompanhada pelo slogan de “Não deixar nenhum país para trás. Juntos, somos mais fortes.

Esperamos que, desta reunião, saiam instrumentos úteis e eficazes que nos permitam encarar da melhor forma o futuro da saúde da nossa comunidade de países e povos, bem como do futuro da Guiné-Bissau que se quer de paz, estabilidade e desenvolvimento.

Obrigada.